MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no

10880.012555/93-26

Recurso no

02.891

Matéria

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EX. 1992

Recorrente

BANCO SISTEMA S/A DRF-SÃO PAULO/SP

Recorrida Sessão de

15 DE JULHO DE 1998

RESOLUÇÃO Nº : 105-1.018

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BANCO SISTEMA S/A.

RESOLVEM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em diligência, nos termos do voto do relator.

PRESIDENT

JOSÉ CARLOS PASSUELLO

RELATOR

FORMALIZADO EM:

25 AGO 1998

NILTON PÊSS, Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: CHARLES PEREIRA NUNES, VICTOR WOLSZCZAK, ALBERTO ZOUVI (Suplente convocado), IVO DE LIMA BARBOZA e AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº

: 10880.012555/93-26

RESOLUÇÃO Nº: 105-1.018

RECURSO Nº :

02.891

RECORRENTE:

BANCO SISTEMA S/A.

RELATÓRIO

BANCO SISTEMA S/A, qualificada nos autos, recorre da decisão de fls. 79 a 81, que não conheceu da impugnação diante da constatação de ter a recorrente ingressado com medida judicial com efeitos de renúncia da discussão na esfera administrativa.

O processo é decorrente daquele lavrado contra a empresa, apreciado por essa Câmara pelo recurso nº 109.080, de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

A impugnação, julgamento e recurso adotaram as mesmas razões e conclusões, em homenagem à decorrência processual, até no que respeita ao caminho percorrido na via judicial.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº : 10880.012555/93-26

RESOLUÇÃO Nº: 105-1.018

VOTO

Conselheiro JOSÉ CARLOS PASSUELLO, Relator

O recurso, tempestivamente interposto, deve ser conhecido.

Tendo o processo principal, gerador do recurso nº 109.080, tido o julgamento convertido em diligência, pela decorrência processual conduz a que mesma sorte deve ser dada a este processo, pelas mesmas razões lá colocadas.

Assim, pelo que consta do processo, voto por conhecer do recurso, para converter o presente julgamento em diligência, como foi decidido no processo principal.

Sala das Sessões - DF, em 15 de julho de 1998.

JOSÉ ØARLOS PASSUELLO